

EDITORIAL

Analúcia Danilevicz Pereira

Dezembro/2020

O Pós-Guerra Fria inaugurou uma nova fase de crise internacional. Trata-se, primeiramente, da crise da ordem internacional liberal protagonizada pelos EUA, apoiados no discurso de unipolaridade e de capacidade exclusiva de uma “democracia liberal” de organizar e de gerenciar as relações interestatais. Nesse sentido, os EUA trataram de desenhar as instituições e de constranger os menos poderosos a se juntarem a esses organismos, obedecendo suas regras. Certamente, nenhuma ordem é duradoura e seu declínio está ligado aos mesmos fatores que a formam. A ideia de que produziria consenso em torno de um sistema político ideal (liberal), levou a potência norte-americana à adoção de políticas forçadas de Mudança de Regime, de incentivo ao movimento transfronteiriço e à delegação de autoridade decisória a instituições internacionais, bem como à globalização irrestrita. Não demorou muito tempo para que essas políticas fossem contrapostas por nacionalismos e por novas políticas de balanceamento de poder em um cenário propício para a emergência (ou reemergência) de novas potências.

A mudança de equilíbrio de poder global deu fim à unipolaridade da qual dependia a ordem liberal. Novos polos de poder resultaram desse novo equilíbrio, sustentados por Estados fortes, com projetos nacionais de desenvolvimento, altas taxas de crescimento, incremento tecnológico e capacidade de defesa. Há, em curso, uma profunda transformação na geoeconomia global e, em particular, nas áreas periféricas. Para os Estados que ainda demandam estruturas de poder que permitam o desenvolvimento econômico, as relações com novos polos de poder são compreendidas como uma oportunidade. As mudanças geoconômicas tenderão a estimular mudanças na ordem política e nas instituições internacionais.

Portanto, é preciso questionar esse contexto repleto de desafios e de possibilidades: qual é a posição do continente africano na reconfiguração do

sistema internacional pós-Guerra Fria? Qual o papel das potências emergentes nesse novo quadro? Quais são as estratégias do centro Euro-Americano de poder para manter o status quo? Quais as perspectivas africanas de construção de seus Estados e de desenvolvimento autônomo? Qual o caminho para a resolução de conflitos que ainda impedem a estabilidade em alguns Estados/regiões? Qual o papel das Missões de Paz das Nações Unidas para a estabilidade do continente? Essas questões são debatidas nesse número da RBEA.

No artigo “Comportamento errático das Nações Unidas e governança global na África: o Estado como uma cortina de fumaça para a segurança mundial”, os autores discutem a governança global da ONU e da África para entender como o Estado se tornou uma “cortina de fumaça” para a segurança global. Ao analisar o caso da Costa do Marfim e da Líbia, o estudo argumenta que o papel da ONU na governança global foi bastante reacionário aos desafios colocados pela liderança política na África, sem considerar as consequências. Em “Experiência médica de Cuba na África Subsahariana: sua contribuição contra Covid-19”, o autor analisa a cooperação médica como um dos pilares fundamentais da política externa cubana. Uma das dimensões dessa cooperação tem sido o enfrentamento de doenças evitáveis, como a malária, por meio da transferência de tecnologia e de medicamentos, a formação em Cuba de pessoal médico, por meio de um amplo programa de bolsas para estudantes africanos, e a criação de escolas médicas em vários países africanos, com o propósito de contribuir também para essa formação profissional. Esta cooperação ganhou uma nova dimensão após a eclosão da pandemia de Covid-19, quando Cuba, a pedido de vários governos africanos, decidiu ampliar a presença de seu pessoal de saúde no continente.

No artigo “Uma análise da administração ideal de despesas para o crescimento econômico em um governo descentralizado: a Curva Armey no Quênia”, é discutido o ideal estimado para despesas governamentais desenvolvidas em 47 condados do Quênia, usando o painel de regressão ARDL e o modelo de Scully (2008) para o período 2014-2018. O modelo de estimativa examinou a ideia de Armey de uma curva quadrática que explica o nível de gastos do governo em uma economia e o nível correspondente de crescimento econômico. Ainda tendo o Quênia como objeto de estudo, o texto “O Chifre da África e o campo para refugiados em Dadaab no Quênia”, trata da crise na Somália, que acarretou a criação dos campos para refugiados, como o de Dadaab (Quênia), que é mantido há mais de 28 anos. Segundo a autora, a Somália é uma país que se destaca na geopolítica global, porém o declínio político, o clima semiárido e a atuação da milícia associada à al-Qaeda, grupo armado al-Shabaab, têm dificultado ainda mais a pacificação, a estabilidade e o retorno dos refugiados somalis a seu país de origem.

Em seguida, em “Saara Ocidental: história, atuação da ONU e interesses externos”, são analisadas as principais razões que permitem que o impasse para a resolução do conflito no Saara Ocidental, que se iniciou na década de 1970, perdure até os dias atuais, mesmo com o estabelecimento da MINURSO, em 1991. Para o autor, desde o princípio do conflito, o envolvimento de importantes atores geopolíticos contribuiu para o início e para a manutenção do impasse ao longo dos anos, motivados, principalmente, por interesses econômicos, estratégicos e geopolíticos. Já no artigo “Debatendo a terra na África: uma análise dos impactos do colonialismo e neoliberalismo na transição agrária de Guiné-Bissau”, é problematizada a questão agrária no continente africano em geral – correlacionada com a experiência específica da Guiné-Bissau a partir do período neoliberal.

Sobre Moçambique, seguem dois artigos. O primeiro, de caráter histórico, “Processos de liderança e tomada de decisão em Moçambique: governança de Samora Machel - 1975/1986”, analisa os conceitos e as abordagens para os tipos de tomada de decisão. Para o autor, Samora Machel é visto como um líder carismático e também pode ser considerado como um líder de diálogo. A seguir, são observadas as decisões importantes tomadas por Samora Machel: a nacionalização de edifícios; as aldeias comunais; o Plano Prospectivo Indicativo - PPI; e o fechamento da fronteira com a Rodésia do Sul, agora Zimbábue. Já no artigo “A teia do pluralismo jurídico e as autoridades tradicionais em Moçambique”, é analisado o pluralismo jurídico e as autoridades tradicionais em Moçambique, sua origem e operacionalização em relação às normas costumeiras vinculadas às autoridades tradicionais. O autor também analisa a origem das autoridades tradicionais, sua legitimidade e seu enquadramento nos vários subsistemas de governança, desde o período colonial até os dias atuais.

Em “Regime de proteção dos requerentes de asilo e refugiados na lei 10/15 de 17 de junho, lei sobre o direito de asilo e o estatuto do refugiado em Angola”, o autor avalia a legislação angolana, pois, após a guerra civil, Angola tem acolhido solicitantes de asilo e refugiados oriundos de várias partes de África. A devastação causada pela Guerra Civil Nigeriana em Igboland é analisada em “Estratégias de reconstrução da comunidade nigeriana pós-guerra civil na Igbolândia Ocidental (Anioma), 1970-1991”. Este artigo explora as estratégias de autoajuda que o povo adotou e afirma que os programas de reconstrução foram tímidos e sutilmente estruturados para marginalizar e dominar o povo igbo ocidental nos assuntos econômicos e políticos do Estado do Meio-Oeste da Nigéria. Por fim, as violências de gênero a partir das experiências de mulheres de São Tomé e Príncipe são analisadas em “Ome sa ome” e “mwala sa mwala”: as violências de gênero nas experiências de mulheres

santomenses”. Segundo as autoras, a abordagem é construída a partir da perspectiva de epistemologias feministas africanas e decoloniais. As relações de gênero são pensadas, nesse sentido, considerando as particularidades do processo de colonização ocorrido no país, bem como as configurações socioeconômicas pós-independência, que são marcadas pelas desigualdades sociais, vivenciadas principalmente pelas mulheres.

A RBEA publica versão eletrônica e impressa bilíngue (português e inglês). Assim, esperamos a contribuição de colegas do Brasil e do exterior, com os quais pretendemos estabelecer vínculos para o aprofundamento do conhecimento e a construção de uma visão do Sul sobre o continente africano e das relações com eles.

Agradecemos aos Assistentes de Edição Cecília Pereira, Igor Sardo e Rafaela Serpa e à equipe do CEBRAFRICA que trabalhou na tradução dos artigos. Agradecemos, ainda, a Pietra Ribeiro Studzinski pela colaboração na tradução e revisão dos textos em inglês.